



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001838-41.2012.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**  
 Requerente: **Daniel Fernando de Farias e outros**  
 Requerido: **Romualdo Fernandes Farias**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares**

Vistos.

Trata-se de pedido cominatório de obrigação de fazer ajuizado por Halana Kathler de Farias e outros contra Romualdo Fernandes Farias, alegando ter celebrado acordo com o réu em processo de separação em que este ficou obrigado ao pagamento de dívidas de água e esgoto e IPTU sobre o imóvel partilhado, porém este se nega a desempenhar sua obrigação.

A inicial de fls. 02/05 veio instruída com os documentos de fls. 06/33 e foi emendada às fls. 36/43.

Citado (fls. 46, verso), o réu não ofertou contestação (fls. 47).

\*\*\*\*\*

**DECIDO.**

Inicialmente, este Juiz corregedor-permanente reitera as orientações repassadas à serventia para que não haja réplica automática em processos. Com a juntada da contestação os autos devem vir à conclusão para que o magistrado delibere acerca da necessidade ou não de manifestação da parte autora.

Ausente contestação acerca dos pedidos, operam-se os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados pela autora. Reputam-se incontroversos os termos do acordo e falta de pagamento pelo réu de obrigações outrora assumidas no que tange



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

às dívidas de água, esgoto e IPTU.

De outro lado, não é possível compreender no que se baseia o pedido da autora para que o réu partilhe 50% do produto da venda com ela, pois da narrativa fática não decorre logicamente o pedido formulado.

Com tais fundamentos, é de rigor o acolhimento parcial do pedido cominatório.

\*\*\*\*\*

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido cominatório formulado por **HALANA KATHLER DE FARIAS E OUTROS** contra **ROMUALDO FERNANDES FARIAS** para **CONDENÁ-LO** à obrigação de quitar os débitos de água, esgoto e IPTU sobre o imóvel localizado na Rua Francisco Silva, nº 37 e extensão situada aos fundos, que totalizam o valor de R\$ 3.757,05, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00.

O pedido acrescentado no item 5 de fls. 42 “além de proceder ao pagamento de 50% do produto da venda à autora”, não pode ser conhecido, pois não há causa de pedir, tampouco fundamentos de direito capazes de alicerçá-lo. Neste ponto a petição é inepta e fica extinta, sem resolução de mérito, nos termos do inciso I do art. 267 do CPC.

Aguarde-se o adimplemento voluntário da obrigação ou requerimento de cumprimento de sentença pelo prazo de seis meses. *In albis*, arquivem-se, sem prejuízo de posterior desarquivamento a requerimento da autora, conforme § 5º do art. 475-J do CPC.

Sucumbentes recíprocos deverão partilhar custas, despesas, observado o art. 12 da Lei 1060/50. Sem honorários de sucumbência, pois não houve resistência.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

Honorários do convênio em 70% da tabela.  
Oportunamente, expeça-se certidão.

Acolhido em parte o pedido inicial, **HOUVE RESOLUÇÃO DE MÉRITO** nos termos do inciso I do artigo 269 do Código de Processo Civil.

P.R.I.C

Ibaté, 25 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**